

COMISSÃO EUROPEIA ABRIL DE 2002

DOCUMENTO DE ESTRATÉGIA REGIONAL - AMÉRICA LATINA

Programação 2002-2006

ÍNDICE

1. <u>OBJECTIVOS DA COOPERAÇÃO REGIONAL DA UNIÃO EUROPEIA COM A AMÉRICA LATINA</u>	5
2. <u>AGENDA REGIONAL DA AMÉRICA LATINA</u>	6
2.1. Agenda política	6
2.2. Agenda económica e comercial determinante com prazos aproximados	7
2.3. Agenda da região no âmbito multilateral	8
3. <u>ANÁLISE DA SITUAÇÃO DA REGIÃO</u>	8
3.1. Progressos no domínio da democracia	8
3.2. Melhor saúde económica e progresso no domínio da integração regional	8
3.3. Progresso económico partilhado de forma desigual entre os grupos da sociedade	9
3.4. Riscos naturais e ameaças para o ambiente	10
3.5. Sustentabilidade dos modelos de desenvolvimento latino-americanos (aspectos sociais, económicos e ambientais)	11
3.6. Desafios a médio prazo dos países da região	12
1. <i>Políticos: simultaneamente internos, regionais e internacionais</i>	12
2. <i>Económicos e comerciais</i>	12
3. <i>Sociais: combater as desigualdades</i>	12
4. <i>Prevenção contra os riscos naturais e respeito pelo ambiente</i>	13
4. <u>BALANÇO DAS RELAÇÕES REGIONAIS UNIÃO EUROPEIA/AMÉRICA LATINA</u>	13
4.1. Balanço das actividades de cooperação regional	14
(1) apoio à sociedade civil das duas regiões: redes de parceria	14
(2) Outros financiamentos regionais comunitários (linhas orçamentais específicas)	15
4.2. Complementaridade das ajudas comunitárias e dos principais dadores	16
1. <i>Organismos financeiros multilaterais</i>	17
2. <i>Organização dos Estados Americanos</i>	18
3. <i>Organizações das Nações Unidas</i>	18
5. <u>ESTRATÉGIA REGIONAL DE COOPERAÇÃO DA CE</u>	18
5.1 Objectivo geral da cooperação regional	19
5.2 Prioridades da cooperação regional	19
<u>Outra acção, tema de interesse regional</u> : a gestão sustentável da energia	20
5.3 Coerência com as políticas comunitárias (ver Anexo VIII)	20
5.4 Sinergia com outros dadores e visibilidade da cooperação regional	20

=====

- Anexo I: Dados sócio-económicos América Latina e Caraíbas**
- Anexo II: Desenvolvimento económico e rendimento per capita
Países da América Latina**
- Anexo III: Trocas comerciais**
- Anexo IV: Projectos regionais financiados pela CE em 1998, 1999, 2000**
- Anexo V: Dadores América Latina**
- Anexo VI: Compromisso de APD à América Latina, por sector, em 1999**
- Anexo VII: As 11 prioridades seleccionadas em Tuusula**
- Anexo VIII: Elementos sobre a coerência com as políticas comunitárias**

APRESENTAÇÃO DA REGIÃO E RESUMO DA ESTRATÉGIA REGIONAL

A região é constituída por blocos sub-regionais distintos: a América Central (Belize, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Panamá, as Caraíbas (13 países) e o México); a América do Sul compreende a Comunidade Andina (Colômbia, Equador, Bolívia, Peru, Venezuela), por um lado, o Mercosul (Argentina, Brasil, Uruguai, Paraguai) e o Chile, por outro¹.

Caracterizada por uma grande diversidade geográfica, onde vivem populações indígenas e populações oriundas da imigração europeia, africana e japonesa (Brasil e Peru), a região partilha uma herança histórica, valores próximos dos europeus e línguas comuns: a maioria dos seus 500 milhões de habitantes fala espanhol ou português (Brasil).

É a região mais urbanizada das regiões em desenvolvimento. Estima-se que a população urbana passe, até 2020, de 75% para 79% (taxas mais elevadas na Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Peru, Uruguai).

A região possui consideráveis recursos naturais, mineiros e energéticos, bem como uma excepcional riqueza ambiental, para citar apenas a floresta amazónica e a sua grande diversidade biológica.

Esta zona do mundo faz parte das regiões de alto risco do ponto de vista das catástrofes naturais. A América Central e a região dos Andes são regularmente atingidas por fenómenos climáticos ou sísmicos muitas vezes de grande amplitude.

Após anos de instabilidade política e de conflitos sub-regionais, em toda a América Latina existem hoje regimes democráticos, com excepção de Cuba, tendo os conflitos internos convergido para processos de paz. No intuito de resolver os conflitos fronteiriços, os governos da região recorrem cada vez mais à via diplomática e às negociações.

A América Latina iniciou processos de integração regional, acompanhados de um aumento dos acordos de comércio livre entre vários países, que desempenharam um papel decisivo no comércio, contribuindo para o crescimento económico e o desenvolvimento da região.

Todos os países, excepto Cuba, adoptaram uma economia de mercado (liberalização, privatizações) e alguns beneficiaram de investimentos estrangeiros, mas a situação económica é muito heterogénea a nível regional.

Na região encontram-se tanto países pouco desenvolvidos, nomeadamente na América Central e na região dos Andes, como países como o México, o Brasil, o Chile, o Uruguai ou a Argentina, nos quais a industrialização e o nível de rendimentos são relativamente elevados e que são considerados como economias emergentes.

O PIB médio per capita da região era de 3 800 dólares em 1999, variando entre um e quinze em função dos países (430 dólares na Nicarágua para 7 000 dólares na Argentina).

A riqueza também é distribuída de forma desigual dentro dos próprios países; em 13 países, estima-se que 10% da população mais desfavorecida partilhe a vigésima parte da riqueza de 10% da classe mais rica. Em toda a região, 200 milhões de pessoas vivem abaixo do limiar de pobreza.

Nos últimos anos, a região sofreu também gravemente com a instabilidade dos mercados financeiros (crise financeira mexicana, crise asiática, crise financeira da Argentina).

Muitos países têm de gerir o pesado passivo legado por um período recente de instabilidade política. Esta herança explica o esforço de recuperação necessário para compensar designadamente a falta de

¹ Este documento não compreende os países ACP, nomeadamente as Caraíbas com excepção de Cuba.

infra-estruturas, sobretudo em matéria social. Neste âmbito, empreenderam-se esforços importantes no sentido de modernizar a economia e contraiu-se um grande volume de empréstimos externos. Para certos países, os reembolsos desta dívida representam um encargo pesado, num contexto em que não existe um sistema monetário estável, harmonizado, nem receitas públicas suficientes para cobrir reembolsos nas condições estipuladas. À deterioração das balanças de pagamentos seguiram-se planos de reescalonamento da dívida, que compreendem medidas de ajustamento estrutural, necessárias mas pouco populares, que criam riscos de movimentos sociais e de regresso à instabilidade política.

Resumo da estratégia regional

O presente documento de estratégia regional concentra-se nas acções que têm uma vocação regional, com base numa análise de problemas e questões que dizem respeito a todos os países da região, e tendo em conta o valor acrescentado actual e potencial de acções de cooperação com vocação regional.

Em conformidade com o princípio de subsidiariedade, esta estratégia não aborda as questões relacionadas com o nível das relações entre a União Europeia e o país e sub-regiões da América Latina, objecto dos seus próprios documentos de programação.

Deve evidentemente procurar-se uma sinergia e uma coordenação aos diferentes níveis em todas as fases da programação.

Esta estratégia insere-se no seguimento do plano de acção da Cimeira do Rio e da Cimeira de Madrid, de Maio de 2002, e deve contribuir para a nova parceria estratégica entre a União Europeia e a América Latina.

Esta parceria deverá traduzir-se em três níveis coordenados: regional, sub-regional, bilateral.

Com base no exercício de programação regional, identificam-se quatro domínios de actividades para o período de 2002-2006:

- (1) Apoio às relações entre as duas regiões através do reforço da parceria entre redes de organizações da sociedade civil
- (2) Iniciativa social: contribuir para a redução das desigualdades através de acções orientadas para as populações desfavorecidas
- (3) Preparação e prevenção de catástrofes naturais e reconstrução
- (4) Acção de seguimento da parceria estratégica: observatório das relações EU/AL

1. OBJECTIVOS DA COOPERAÇÃO REGIONAL DA UNIÃO EUROPEIA COM A AMÉRICA LATINA

A política de cooperação da União Europeia em relação à América Latina tem como base o artigo 177º do Tratado que institui a Comunidade Europeia que estabelece que a política da Comunidade em matéria de cooperação para o desenvolvimento deve fomentar o desenvolvimento económico e social sustentável dos países em vias de desenvolvimento, em especial dos mais desfavorecidos, a inserção harmoniosa e progressiva dos países em vias de desenvolvimento na economia mundial e a luta contra a pobreza nos países em vias de desenvolvimento. Essa política deve contribuir igualmente para o objectivo geral de desenvolvimento e de consolidação da democracia e do Estado de Direito, bem como para o respeito dos Direitos do Homem e das liberdades fundamentais.

A maior parte do financiamento da cooperação da União Europeia com os países da América Latina rege-se pelo Regulamento (CEE) n° 443/92 do Conselho, de 25 de Fevereiro de 1992, relativo à ajuda

financeira e técnica e à cooperação económica com os países em vias de desenvolvimento da América Latina e da Ásia.

As relações entre a União Europeia e a América Latina inserem-se no quadro do diálogo político, inclusivamente a nível ministerial, e de acordos regionais. Além destes instrumentos, a Comissão apresentou nestes últimos anos diversas comunicações que propõem orientações para conduzir estas relações regionais.

Em 1995, na sua comunicação intitulada «União Europeia – América Latina: actualidade e perspectivas do reforço da parceria 1996-2000»², a Comissão realça a necessidade de adoptar abordagens diferenciadas na América Latina adaptadas às realidades nacionais e sub-regionais. A Comissão constata as evoluções ocorridas nas duas regiões e a nível mundial, durante a última década, e destaca os interesses recíprocos para fazer face aos desafios globais e regionais. A esse respeito, a Comissão propõe um reforço da parceria entre a União Europeia e a América Latina. Esta prioridade foi posteriormente reafirmada em 1999, numa nova comunicação³, no âmbito da preparação da primeira Cimeira de Chefes de Estado e de Governo dos países de todo o subcontinente latino-americano, incluindo as Caraíbas, e dos países da União Europeia, que se realizou no Rio de Janeiro. Esta primeira Cimeira foi o ponto de partida para a criação de uma parceria estratégica com a América Latina, juntamente com a adopção de um plano de acção.

A Comissão, na sua comunicação sobre o seguimento da Cimeira do Rio, reafirmou a necessidade de reforçar esta parceria estratégica aos níveis político, económico e social⁴. Tendo em conta a cimeira de Madrid de 2002, a Comissão propôs intensificar a sua acção em três domínios prioritários: protecção dos direitos humanos, promoção da sociedade da informação e redução dos desequilíbrios sociais através de uma abordagem global da luta contra a pobreza. O objectivo fundamental consiste em «colocar o progresso humano e a sociedade civil no centro da relação entre as duas regiões em causa».

A declaração conjunta do Conselho e da Comissão, de Novembro de 2000, sobre a política de desenvolvimento definiu os objectivos e os princípios que devem orientar a acção da União e lançou as bases para uma reforma do funcionamento da ajuda aos países em vias de desenvolvimento. Esta compreende, nomeadamente, o reforço da coordenação entre a Comissão, os Estados-Membros e os principais doadores, a fim de se conseguir uma maior complementaridade das ajudas, a concentração das actividades comunitárias, a observação da coerência das políticas comunitárias e a preparação de documentos estratégicos por país.

A Comissão encarregar-se-á de assegurar a coerência entre estas três dimensões: bilaterais, sub-regionais e regionais a fim de que se reforcem mutuamente.

2. AGENDA REGIONAL DA AMÉRICA LATINA

Tendo em conta a diversidade da região, serão seguidamente abordadas apenas as grandes questões relativas à ordem de trabalhos da região *no seu conjunto*.

2.1. Agenda política

Agenda política regional

A integração do bloco regional da América Latina no mundo ocidental é hoje um desafio importante para a região que deve superar as suas disparidades para fazer face à globalização a nível político, cultural, económico e comercial, atendendo ao mesmo tempo à dimensão social. Neste aspecto, a integração

² COM(95)495.

³ COM(99)105 «Uma nova parceria União Europeia/América Latina no dealbar do século XXI».

⁴ COM(2000)670 «Seguimento da primeira cimeira entre a América Latina, as Caraíbas e a União Europeia».

regional é uma prioridade essencial para os países latino-americanos, quer se trate do nível sub-regional (grupo de São José, Pacto Andino, Mercosul) ou regional (Grupo do Rio).

A agenda da região, centrada nestes últimos anos nos processos de paz, na democratização e no respeito pelos direitos humanos, está actualmente mais orientada para as questões internacionais com uma repercussão na região (OMC, ambiente, novas tecnologias ...).

Existe ainda uma preocupação regional no que se refere à instabilidade do sistema financeiro e monetário, à situação do processo de paz na Colômbia e às questões fronteiriças – imigração, luta contra a droga, etc.

No que diz respeito aos outros grupos regionais, a região procura estabelecer relações políticas e económicas equilibradas entre os seus dois principais parceiros, os Estados Unidos e a União Europeia, nomeadamente no âmbito do reforço da integração económica. Esta prioridade está cada vez mais na ordem de trabalhos, na medida em que o projecto de criação de uma zona de comércio livre interamericana terá um impacto decisivo no comércio com o resto do mundo e em particular com a Europa.

O processo interamericano: as Cimeiras das Américas

A primeira Cimeira das Américas de Miami, em 1994, lançou a iniciativa do Acordo de Livre Comércio Americano FTAA/ALCA e adoptou um plano de acção seguido de um processo de acompanhamento que associa os países e as organizações internacionais implicadas. O secretariado é assegurado pela Organização dos Estados Americanos (OEA). Na última Cimeira realizada no Quebec, em 2001, foi adoptado um novo plano de acção que confere especial relevo aos temas da pobreza, da educação, dos direitos humanos (cláusula democrática) e da integração económica (45 prioridades).

Nessa ocasião, as organizações (BID/PAHO/CEPAL/Banco Mundial) elaboraram um balanço dos progressos em curso (democracia e direitos humanos, luta contra a droga e contra a corrupção...) e anunciaram a sua participação no acompanhamento das decisões de Quebec (BID: 8 mil milhões de dólares e Banco Mundial: mil milhões de dólares/ano durante 4 anos).

As prioridades políticas nas relações com os Estados Unidos referem-se à liberalização dos mercados, à luta contra a droga, à imigração e ao reforço dos controlos nas fronteiras, à democracia e aos direitos humanos.

Agenda América Latina/União Europeia: ver capítulo 5.

2.2. Agenda económica e comercial determinante com prazos aproximados

No interior da região

Os países e as sub-regiões (América Central, Mercosul, Comunidade Andina) negociaram e continuam a negociar entre si um conjunto de acordos de comércio livre a fim de desenvolver o comércio bilateral e intra-regional.

Com o conjunto do continente americano

O México faz parte, desde 1994, da NAFTA que cobre toda a América do Norte. Este país realiza 80% das suas trocas comerciais com os Estados Unidos.

Foram iniciadas negociações com o propósito de criar a zona de comércio livre mais importante do mundo (ALCA/FTAA) até 2005, abrangendo todo o continente americano do Norte ao Sul, isto é, 34 países e 800 milhões de pessoas (o que equivale a 40% do PIB mundial).

A criação do ALCA teria como objectivo reforçar as relações comerciais americanas, assegurando aos países da América do Norte o acesso privilegiado ao mercado latino-americano. Trata-se de um verdadeiro desafio para as economias mais pobres que contam fomentar os investimentos e as suas

exportações face a um mercado americano competitivo. Na fase actual, o resultado das negociações ainda não é claro. Paralelamente, está em fase de negociação um conjunto de acordos bilaterais entre os países da América do Norte e países da América Latina.

Com a União Europeia

A participação da União Europeia insere-se no processo de liberalização multilateral do comércio internacional em curso na OMC.

O sistema de preferências generalizadas aplica-se a toda a América Latina. Os países da região dos Andes e a América Central são objecto de regimes especiais para certos produtos agrícolas e beneficiam de um regime especial «drogas» que visa incentivar esses países a mudar para culturas alternativas.

As negociações económicas e comerciais referem-se à implementação da zona de comércio livre com o México e, no caso do Mercosul e do Chile, à criação de uma zona de comércio livre.

2.3. Agenda da região no âmbito multilateral

Os países da região estão muito ligados ao multilateralismo, e alguns deles (Brasil, Chile, México, Argentina, Costa Rica, Colômbia) pretendem desempenhar um papel mais importante nos grandes debates internacionais, nomeadamente nas negociações com a OMC, em que a questão da liberalização dos mercados agrícolas constitui um desafio importante para as exportações.

No âmbito das Nações Unidas, as questões essenciais dizem respeito à segurança, aos direitos humanos e à luta contra a discriminação, ao reconhecimento dos direitos sociais, à luta contra a droga e o branqueamento de capitais, ao ambiente e ao desenvolvimento sustentável, à redução do desnível tecnológico e numérico etc..

3. ANÁLISE DA SITUAÇÃO DA REGIÃO

Há dez anos que se realizam grandes esforços no sentido de sair de um longo período de crises e de avançar para a integração regional e mundial, em especial graças a um diálogo político acompanhado de reformas económicas e financeiras. A região continua, no entanto, a ser vulnerável.

3.1. Progressos no domínio da democracia

Toda a região iniciou processos de democratização e, actualmente, todos os países, com excepção de Cuba, estão dotados de sistemas democráticos. Contudo, os sistemas políticos, mais particularmente na região dos Andes mas também na América Central, ainda são frágeis.

Embora se registem progressos nos campos da democracia e do respeito pelos direitos humanos, bem como no recurso à resolução pacífica dos conflitos, subsistem ainda conflitos internos e fronteiriços nomeadamente na América Central e na Comunidade Andina, que se repercutem na estabilidade da região. O exemplo mais importante é o da Colômbia, país onde o conflito poderá assumir uma dimensão regional e é já responsável por grandes deslocações da população.

O tráfico de droga, associado à corrupção e à violência, é um factor de instabilidade política, económica e social, o mesmo acontecendo com o terrorismo. A solução destes problemas, no âmbito do apoio aos processos de paz e à luta contra a droga e contra o tráfico de armas ligeiras, faz parte das prioridades da ajuda internacional.

3.2. Melhor saúde económica e progresso no domínio da integração regional

Após as dificuldades que marcaram os anos 80 com uma série de crises económicas, sociais e financeiras seguidas de programas de ajustamento estrutural, algumas reformas importantes permitiram reduzir os défices públicos, controlar a inflação e criar um ambiente favorável aos investimentos e a um mercado aberto. O crescimento do PIB varia de acordo com os anos: 5,2% em 1997, 0,4% em 1999 e 2% em 2000.

Os anos 90 foram marcados pela prossecução da desregulação dos mercados, por uma vaga de privatizações, pelo reforço das organizações sub-regionais de integração económica, pela conclusão de diversos acordos comerciais bilaterais, nomeadamente com a União Europeia, pela instituição da NAFTA e pelo arranque das negociações sobre o ALCA.

As trocas comerciais conheceram um forte aumento superior à média mundial (Anexo III), mas os desempenhos são variáveis de acordo com as sub-regiões.

Em 2000, o comércio da UE com a América Latina representava 5% das suas trocas externas (sendo metade com o Mercosul). O aumento progressivo das trocas da UE com a América Latina acompanha o aumento do seu comércio com o mundo, mas as trocas da América Latina são dominadas pelos Estados Unidos. Entre 1980 e 2000, a parte da UE no comércio latino-americano passou de 20 para 15% e a do Japão de 7 para 5%, ao mesmo tempo que cresceu de 35 para 47% no que diz respeito aos Estados Unidos.

O investimento directo estrangeiro (IDE) na América Latina passou de 31 179 para 73 915 milhões de dólares entre 1996 e 1999, sob o efeito, nomeadamente, dos programas de privatização de certos países, primeiro no sector industrial e seguidamente no sector dos serviços.

No mesmo período, o investimento dos países da União Europeia passou para o primeiro lugar, com um aumento progressivo de 13 289 para 42 266 milhões de dólares. Nota-se uma participação importante das empresas europeias, designadamente espanholas, nos processos de privatização (sectores públicos, bancos, telecomunicações, transporte aéreo, energia).

O IDE baixou 22% em 2000, dado terem terminado os grandes programas de aquisições executados no Brasil (dados OCDE/CAD).

A dívida externa da região passou, entre 1985 e 1999, de 400 para mais de 700 mil milhões de dólares e de 4 para 8% do PNB; 41,6% do produto das exportações de bens e serviços foram consagrados ao serviço da dívida (dados do Banco Mundial no relatório 2001 do PNUD).

As dificuldades de reembolso dos países mais pobres (Bolívia, Honduras, Nicarágua) dão lugar a programas de redução ou anulação da dívida (PPAE), nos quais participam a União Europeia (CE: 45 milhões de euros em 2000).

3.3. Progresso económico partilhado de forma desigual entre os grupos da sociedade

Estima-se que, dos 500 milhões de habitantes, cerca de 200 milhões estão em situação de pobreza (limiar 2 dólares/dia). O crescimento não é acompanhado de um aumento correspondente do rendimento da população e a região sofre de profundas desigualdades na distribuição da riqueza. Neste aspecto, a região é considerada a menos equitativa do mundo.

REPARTIÇÃO DOS RENDIMENTOS
(distribuição entre os 20% população mais pobre e mais rica)

<i>Países Grandes Desigualdades</i>	<i>20% Mais Pobres</i>	<i>20% Mais Ricos</i>	<i>Países Pequenas Desigualdades</i>	<i>20% Mais Pobres</i>	<i>20% Mais Ricos</i>
Honduras	1,6	61,8	República Eslovaca	11,9	31,4
Bolívia	1,9	61,8	Japão	10,6	35,7
Paraguai	1,9	60,7	Áustria	10,4	33,3
Brasil	2,6	63,0	República Checa	10,3	35,9

Fonte: Banco Mundial, Indicadores de Desenvolvimento Mundial 2001.

No centro destas disparidades, encontram-se, designadamente, a estrutura económica que não favorece a igualdade de oportunidades para todas as camadas da sociedade (sobretudo em certos países), a

propriedade fundiária concentrada nas mãos de uma minoria, o empobrecimento progressivo da classe média, o desemprego (9% em média) e a insuficiência dos serviços sociais (saúde e educação).

Um em cada cinco habitantes não tem acesso aos serviços de saúde e menos de um terço beneficia de segurança social.

A pobreza, a marginalização, a falta de acesso aos serviços sociais básicos, os problemas de saúde (HIV/SIDA) atingem particularmente certos grupos da sociedade, como as mulheres e os jovens, em especial os que pertencem às populações indígenas e de origem africana (75 milhões de pessoas). Estes dois grupos da população manifestam um atraso notável (inquéritos do BID no Brasil, Colômbia, Venezuela, Peru, Honduras, Nicarágua) em relação ao resto da população em termos de acesso à saúde, à educação, à aquisição de competências profissionais e de acesso ao mercado de trabalho. A discriminação verifica-se especialmente nos domínios de grande produtividade e na indústria de elevado valor acrescentado. Estes factores, acumulados durante gerações, justificam que estas duas categorias das sociedades latino-americanas façam parte da maioria dos empregos com baixos salários. Em geral, os governos carecem de recursos financeiros e de capacidades para aplicar políticas orientadas para estas populações. Do mesmo modo, estes grupos não estão suficientemente organizados para estabelecer um diálogo e contribuir para a criação de políticas públicas alternativas.

As causas desta situação incluem também políticas fiscais ineficazes (reduzida pressão fiscal designadamente) para garantir uma função redistributiva da riqueza; por último, os equipamentos são ainda insuficientes (transportes, electricidade).

A exclusão e a marginalização social são factores agravantes da insegurança, da violência e do aumento da criminalidade de que estas sociedades são vítimas.

3.4. Riscos naturais e ameaças para o ambiente

A América Latina no seu conjunto – e não apenas a América Central ou a região dos Andes – é uma das regiões do mundo mais sujeitas às catástrofes naturais. Nesta região, são frequentes os abalos sísmicos, os aluimentos de terras, as erupções vulcânicas e os furacões. As alterações climáticas que se manifestam sob a forma de secas, inundações, ventos fortes foi ainda exacerbada pelo fenómeno recorrente «El Niño».

As catástrofes naturais têm efeitos destrutivos e mortíferos em toda a região. Milhões de pessoas são afectadas humanamente e a nível material, de forma repetida. Em geral, as populações mais desfavorecidas são as mais afectadas. Além de catástrofes de grande amplitude como o furacão Mitch (que, de acordo com a CEPAL, causou prejuízos avaliados em 8 mil milhões de dólares), a região tem sido afectada por uma série de desastres de média e de pequena dimensão, cujos estragos adicionados representam mais prejuízos e perturbações que as grandes calamidades.

Os sistemas de energia latino-americanos continuam a ser pouco eficientes. Cite-se a título de exemplo que, para 4% do crescimento do PIB (no Brasil), o aumento da procura de energia é da ordem dos 6%. A título comparativo, para um crescimento do PIB equivalente, os países da OCDE conhecem um aumento da procura de energia de 2%. As emissões de CO₂ per capita são de 2.6 toneladas em comparação com os 1.9 da OCDE. Estes dados são preocupantes tendo em conta a contribuição do CO₂ para as alterações climáticas. Uma outra preocupação provém da tendência para o aumento do sistema energético latino-americano em termos de intensidade energética (consumo/PIB), ao contrário de todos os países desenvolvidos. A quota latino-americana no consumo final de petróleo a nível mundial aumenta regularmente, o que poderá criar a prazo uma tensão no mercado internacional. Além disso, a mínima seca (Chile), o mínimo risco natural (Honduras, Nicarágua) ou a simples continuação das tendências recentes (Brasil) conduzem a situações de crises ou de escassez, enquanto um terço da população (camadas mais pobres das periferias urbanas e das zonas rurais isoladas) não tem acesso à energia.

A América Latina alberga 23% das florestas mundiais e 46% da floresta tropical, distribuída de forma diferente pelos vários países. A zona amazónica faz parte das zonas do planeta mais ricas do ponto de vista da diversidade biológica e o maior maciço de floresta temperada do mundo encontra-se entre o Chile

e a Argentina. Estas florestas estão sujeitas a fortes pressões humanas, devido à procura de terras, à exploração florestal, mineira e aos arroteamentos descontrolados. Estima-se que tenha havido uma perda de 645 000 km² de florestas, entre 80 e 90, representando o Brasil só por si um quinto das perdas à escala mundial. (World Resource Institute). A desflorestação tem um impacto negativo nas comunidades rurais bem como no ambiente (biodiversidade, protecção do clima). A pobreza é um factor importante de degradação do ambiente, uma vez que a procura de terras conduz à desflorestação, à erosão dos solos e à seca, fenómenos que agravam ainda a vulnerabilidade das populações desfavorecidas.

3.5. Sustentabilidade dos modelos de desenvolvimento latino-americanos (aspectos sociais, económicos e ambientais)

É difícil formular conclusões gerais sobre o conjunto da região. No entanto, e de maneira geral, um grande número de países da região possui as condições necessárias para progredir no sentido de um desenvolvimento sustentável. Alguns possuem recursos naturais excepcionais, a maior parte está agora dotada de estruturas democráticas, a região entrou em processos de paz, a integração regional prossegue a ritmos diferentes, o comércio conheceu nos anos 90 um progresso importante, assim como os investimentos directos estrangeiros, embora concentrados em alguns países. Estes elementos podiam contribuir em larga escala para o desenvolvimento económico e social da região.

Contudo, os indicadores revelam incertezas quanto à sustentabilidade destas tendências.

(1) O crescimento económico continua flutuante e muito vulnerável aos factores externos. As exportações assentam, essencialmente, nas matérias-primas e pouco nos produtos transformados. A procura americana e europeia, os investimentos externos, bem como a saúde do comércio mundial desempenham um papel essencial. Os aumentos do preço do petróleo beneficiam os países produtores de petróleo, mas agravam a balança de pagamentos dos importadores, nomeadamente nos países da América Central e das Caraíbas que devem também fazer face à diminuição das cotações dos produtos básicos como os metais, o café e o açúcar.

A questão da inovação tecnológica, tanto da parte das empresas como das universidades e dos centros de investigação, não encontra ainda uma resposta satisfatória, apesar de algumas tentativas isoladas.

A instabilidade financeira, o peso da dívida são importantes factores de fragilidade para o desenvolvimento sustentável da região.

(2) A ausência de correlação entre o crescimento económico e a diminuição da pobreza manifesta o reduzido grau de integração das questões sociais. Verifica-se uma manifesta falta de eficácia das políticas públicas no domínio da exclusão social (legislação, direito às terras, reconhecimento das línguas e das culturas, etc.) e uma falta de capacidade para realizar reformas orientadas para os grupos desfavorecidos.

(3) Os riscos naturais afectam consideravelmente o potencial de desenvolvimento dos países da América Latina. No que diz respeito ao impacto económico, as catástrofes naturais são geralmente acompanhadas de uma desaceleração do crescimento económico, de uma grande quebra do rendimentos dos impostos e de um aumento das despesas públicas. O declínio da capacidade de produção e do investimento público e privado na reconstrução geram um crescimento do défice comercial.

Do ponto de vista social, as catástrofes aumentam a pobreza, contribuem para exacerbar as tensões sociais e constituem um travão ao processo de desenvolvimento dos países afectados.

(4) No domínio energético, os cenários actuais indicam não só que as camadas desfavorecidas não poderão ser servidas mesmo a médio e a longo prazo mas também que novas camadas correm o risco de se lhes juntar. Se as tendências actuais do crescimento energético latino-americano prosseguirem, o ajustamento far-se-á através do recurso cada vez maior ao petróleo, o que conduzirá a um aumento das emissões de CO₂, ao desequilíbrio da balança de pagamentos dos países não produtores e, por último, a um aumento estrutural do seu preço no mercado internacional, colocando problemas em termos de garantia do abastecimento para a UE.

(5) Por último, as catástrofes naturais e a exploração não sustentável dos recursos naturais, que representam um capital essencial para a região, ameaçam a perpetuidade das espécies e dos ecossistemas, bem como o próprio desenvolvimento económico.

3.6. Desafios a médio prazo dos países da região

As quatro classes de desafios, políticos, económicos, sociais e ambientais, exigem respostas a vários níveis, nomeadamente a nível nacional, bilateral ou multilateral.

1. Políticos: simultaneamente internos, regionais e internacionais

- o desafio interno recai sobre a consolidação da democracia e do Estado de Direito, sobre a governação mais transparente, sobre a aplicação de um sistema judicial eficaz, sobre a participação da sociedade civil e o respeito pelos direitos humanos;
- o desafio regional refere-se à consolidação dos processos de paz, nomeadamente na Colômbia, à luta contra a droga e os tráficos ilícitos;
- o desafio internacional recai sobre a capacidade dos países da região para terem um maior peso nos grandes debates internacionais, através de uma melhor coesão interna e do estabelecimento de alianças com parceiros externos.

2. Económicos e comerciais

Os países da região devem dar resposta a várias prioridades :

- diversificação da produção e da oferta à exportação e integração de uma parte maior de valor acrescentado nos produtos de exportação;
- prosseguimento da integração regional, participação no comércio internacional e adesão às regras da OMC; reforço das trocas comerciais com as outras regiões do mundo;
- incentivo ao investimento externo, instauração de um quadro regulamentar seguro, estável e transparente para as empresas; abertura ao exterior de sectores económicos estratégicos;
- acesso à investigação e às tecnologias de informação e comunicação para fazer face à «fractura tecnológica e numérica»;
- desenvolvimento de infra-estruturas de transporte e de comunicação, incluindo a interconexão das redes intra-regionais;
- uma política de gestão da energia mais eficaz, visando a competitividade, a garantia de abastecimento e a protecção do ambiente.

3. Sociais: combater as desigualdades

A redução das desigualdades deve ser a prioridade, o que implica:

- a implementação das Estratégias de Redução da Pobreza;
- reformas económicas e sociais, a fim de integrar, nomeadamente, os custos sociais na economia através de uma fiscalidade suficiente e eficaz para levar a cabo uma acção social;
- promover políticas de integração social com prioridade para as populações e grupos desfavorecidos da sociedade, as populações indígenas e de origem africana, as mulheres e os jovens;
- incentivar os investimentos nas infra-estruturas sociais (educação, saúde);
- promover ou modernizar/consolidar os sistemas de protecção social.

4. Prevenção contra os riscos naturais e respeito pelo ambiente

Os desafios referem-se:

- à redução da vulnerabilidade da região aos riscos naturais e ambientais através de políticas integradas que tenham em conta os riscos potenciais através da gestão sustentável dos recursos naturais, da redução dos impactos potenciais dos riscos naturais e da planificação dos meios de intervenção;
- a uma gestão integrada do meio urbano que tenha em conta todos os elementos do desenvolvimento urbano (energia, transportes, indústria, gestão da água e dos resíduos, prevenção contra os riscos naturais);
- à preservação dos recursos naturais e à exploração sustentável das florestas e da diversidade biológica.

4. BALANÇO DAS RELAÇÕES REGIONAIS UNIÃO EUROPEIA/AMÉRICA LATINA

Desde 1990, as relações com a União Europeia intensificaram-se, a nível regional, sub-regional e bilateral (Mercosul, Comunidade Andina, Grupo de São José e Grupo do Rio) sob o efeito de vários factores positivos:

- os progressos da região no domínio da democracia, dos direitos humanos, dos processos de paz, no domínio da luta contra a droga...;
- uma vasta convergência de pontos de vista sobre uma série de assuntos essenciais (valores culturais, integração regional, segurança e defesa...);
- a vontade comum de intensificar as trocas económicas e comerciais e de aproveitar as oportunidades de mercado recíprocas.

O reforço destas relações traduz-se em três níveis: a instauração de um diálogo político permanente; o desenvolvimento de acções de cooperação regional; relações comerciais acompanhadas e diferenciadas de acordo com as sub-regiões ou os países e que se inserem na preparação do ciclo de negociações da OMC decidido em Doha.

A cooperação regional apoia-se, principalmente, nos programas horizontais que permitem associar operadores das duas regiões em relações de parceria.

O diálogo político instituído a nível regional tem por temas principais a estabilidade política, o reforço do Estado de Direito, o respeito pelos direitos humanos, a integração regional, a luta contra a droga e os tráficos ilícitos. Esse diálogo tem lugar nas reuniões anuais entre os ministros dos negócios estrangeiros das duas regiões no âmbito do "Grupo do Rio". Na última reunião de Santiago do Chile, de Março de 2001, foi debatido o papel da nova economia e da governação democrática e a sua relação com a redução da pobreza.

A luta contra a droga é objecto de um plano de acção específico que inclui um diálogo, ao mais alto nível, e cujo acompanhamento é assegurado por um mecanismo de coordenação e de cooperação UE/AL. A UE apoia acções de cooperação, nomeadamente, com os países da região dos Andes (projectos de desenvolvimento alternativos e reforço das capacidades institucionais). As acções integram-se nas orientações da Comissão «cooperação norte-sul no domínio da luta contra a droga» e fazem parte do esforço global da União (luta contra o crime organizado e contra o branqueamento de dinheiro). No que se refere à América Latina, a prioridade é dada à luta contra o tráfico de cocaína.

Este dispositivo é completado pelo regime de incentivo «droga» no âmbito do SPG.

A Cimeira do Rio de Janeiro, de Junho de 1999, reforçou a cooperação e o diálogo político entre as duas regiões e traduziu o compromisso mútuo de aumentar as relações económicas e financeiras a todos os níveis.

4.1. Balanço das actividades de cooperação regional

A cooperação regional com a América Latina e o estabelecimento de redes foram reforçados nestes últimos anos, o que reflecte as prioridades associadas à parceria bi-regional pela Cimeira do Rio e que serão confirmadas em Madrid, em Maio de 2002. A Comunidade Europeia é a única instituição a levar a cabo uma acção de cooperação bi-regional e privilegia o reforço da parceria entre as redes de actores das duas regiões.

(1) apoio à sociedade civil das duas regiões: redes de parceria

A cooperação regional da CE concentra-se nos temas para os quais contribui com um valor acrescentado real, permitindo a realização de economias de escala. Estas redes são consideradas como complementares em relação à parceria interestadual e destinam-se a promover a integração regional e entre as duas regiões. Elas permitem desenvolver as relações entre as entidades europeias e latino-americanos (cidades, empresas, universidades), através de programas horizontais de interesse mútuo, que cobrem toda a região, financiados de acordo com a linha de cooperação económica. Estas conexões em rede permitem aos actores implicados das duas regiões transferir «know-how» (saber-fazer) nos domínios económico e comercial (normas e padrões) das políticas urbanas, da educação e da investigação universitária. Do lado dos actores europeus, estas redes promovem o conhecimento de parceiros latino-americanos e criam sinergias entre acções e actores competentes nos mesmos sectores ao nível da região.

Concebidos no início dos anos 90 como programas-piloto, estes programas transformaram-se seguidamente em programas plurianuais.

ALFA - América Latina Formação Académica (Regulamento 25/2/92) entre universidades. Este programa está operacional desde 1994, por um período de 6 anos. Desde 2001, numa segunda fase de reforço, o programa beneficia de um subsídio de 25 milhões de euros (reconhecimento dos diplomas, criação de diplomas regionais, novas tecnologias de informação...). Desde o lançamento do ALFA, foram criadas 846 redes de universidades.

O programa ALFA deverá ser reforçado por outras acções complementares para desenvolver uma parceria universitária e tecnológica de alto nível entre as duas regiões.

AL-INVEST - dotado de 42 milhões de euros para o período de 95-99, este programa tem por objectivo incentivar as relações entre as empresas, nomeadamente as PME das duas regiões. Em 1999, sucedeu-lhe o AL-INVEST II (43 milhões de euros); no final de 2001, a quase totalidade do montante previsto já tinha sido objecto de contratos. Uma avaliação mostrou que o efeito multiplicador tinha sido importante – para cada Euro gasto numa actividade enquadrada no âmbito das PME, geraram-se 10 euros de negócios. Uma rede de 350 operadores das duas regiões anima a rede.

URB-AL - dotado de 14 milhões de euros para o período de 1995-2000, trata-se de um programa de cooperação descentralizada, no qual participam 1200 cidades das duas regiões com o objectivo de desenvolver relações directas e estáveis entre autarquias locais para a aplicação de melhores práticas no domínio das políticas urbanas. Durante a primeira fase, foram constituídas 8 redes temáticas, a fim de identificar prioridades e projectos comuns. Cada rede compreende entre 50 e 150 cidades das duas regiões. Na sua nova fase (2000-2005), o URBAL está dotado de 50 milhões de euros.

ATLAS - é um projecto de apoio (2,4 milhões de euros) (duração 2001-2003) às relações entre as Câmaras de Comércio das duas regiões, a fim de facilitar as transferências de «know-how» entre as CCI (200 CCI implicadas).

@LIS, (Aliança para a Sociedade de Informação) - dotado de 63,5 milhões de euros (2001-2005), adoptado em 2001, será lançado em 2002. O programa tem como objectivo suscitar uma parceria entre as duas regiões, quer ao nível dos governos e da sociedade civil, quer quanto aos aspectos regulamentares, técnicos (normas, interconexão das redes de investigação) e à realização de acções de esclarecimento (20

projectos-piloto em domínios de acção prioritários nos domínios da saúde, educação, governação, cidades...).

Lições a retirar da experiência

A maioria destes programas foi revista em 1999 e foi objecto de uma avaliação em 2000/2001. Os resultados são, em geral, muito positivos. Os programas conseguiram criar laços económicos, académicos, culturais e tecnológicos entre as duas regiões, contribuíram para melhorar a presença europeia na região, bem como para estabelecer relações estáveis aos níveis governamentais, locais, do sector privado e da sociedade civil. A participação dos países menos desenvolvidos, como a Bolívia, em programas como o AL-INVEST foi contudo muito limitada, parecendo que este tipo de programa se adapta mais a países como o Brasil, a Argentina ou o Chile.

Constatou-se que a noção de interesse mútuo deve ser reforçada, bem como o papel das entidades privadas europeias no processo de desenvolvimento dos países latino-americanos. A criação de estruturas que facilitem o estabelecimento duradouro de entidades privadas na região constitui uma base válida para desenvolver futuras intervenções.

Tendo em conta estas lições positivas, nomeadamente em relação à participação das várias entidades, propõe-se que estes programas sejam prosseguidos durante o período de programação 2002-2006.

(2) Outros financiamentos regionais comunitários (linhas orçamentais específicas)

A integração da dimensão do género na cooperação para o desenvolvimento é objecto de um pequeno programa específico.

Um projecto de 1 milhão de euros foi atribuído em 2000 a um conjunto de países latino-americanos, com o objectivo de aumentar as capacidades de desenvolvimento de recursos humanos qualificados.

No domínio da democracia e dos direitos humanos, a nível regional, convém referir dois projectos recentes:

- o Programa Regional de Apoio ao Provedor de Justiça (*Ombudsman*) da América Latina (através da sua Federação regional, FIO), a fim de melhorar os seus desempenhos institucionais e de reforçar a sua imagem e autoridade moral. Este programa, baseado nas tecnologias de informação e de comunicação, ajudará a desenvolver sistemas modernos de gestão das queixas e das redes de coordenação entre o Provedor de Justiça e o portal Internet.

- o projecto relativo à reforma de sistemas penais na América Latina (que implica as ONG, governos e quadros penitenciários).

No domínio da luta contra a droga, as acções regionais foram financiadas de acordo com a linha orçamental específica: em 1997, 200 000 euros em apoio à CICAD (Organização dos Estados Americanos) e organização de um seminário de cooperação regional em 1998.

Ambiente e florestas: nos anos anteriores, poucos projectos tiveram uma dimensão regional; podem citar-se em 2000 duas acções de apoio a projectos do PNUD e das ONG internacionais no domínio da pobreza e do ambiente.

A Direcção Geral do Ambiente e o Centro Comum de Investigação têm um programa de controlo e vigilância por teledetecção da floresta tropical, designadamente das florestas latino-americanas.

No âmbito da educação e da cultura, o programa JUVENTUDE tem como objectivos promover a compreensão mútua entre jovens de culturas diferentes, incentivar a democratização da sociedade e defender os valores da solidariedade, do respeito e da tolerância. As actividades realizadas no âmbito do programa abrangem o intercâmbio de jovens e estágios de serviço voluntário. A América Latina é uma das prioridades. (500 000 euros em 2001, linha B3-1010).

Protecção dos consumidores: as questões relacionadas com a protecção dos consumidores despertam um interesse crescente nas duas regiões. A cooperação entre as associações de consumidores europeias e latino-americanas teve início em 2001 através da criação do "Diálogo Euro/Latino-Americano dos Consumidores". Este projecto da Consumers International beneficia de um apoio financeiro de 600 000 euros durante três anos.

Energia: A Comissão interveio, simultaneamente, a nível regional através do Programa ALURE (1995-2000) para estabelecer uma relação entre os grandes operadores económicos no âmbito da privatização do sector, agora terminada, e do programa Synergy (TREN) e ainda através da cooperação económica América Latina.

Tratava-se de projectos de um montante inferior a 1 milhão de euros, mas importantes em termos de resultados e de visibilidade. Nos últimos 5 anos, a média da contribuição comunitária elevou-se a pouco mais de um milhão de euros por ano (incluindo o Synergy). Os resultados obtidos referem-se à aplicação do sistema estatístico energético (SIEE), em todos os países da América Latina, bem como a um sistema de informações doravante acessível na Internet. Além disso, a promoção da «gestão da procura» (gestão da procura de energia) constituiu um eixo prioritário, bem como a promoção do gás. **O Programa de Investigação e de Desenvolvimento** permitiu desenvolver, desde os anos 80, uma cooperação científica e técnica com a América Latina. Essa cooperação insere-se, ao mesmo tempo, no âmbito dos acordos bilaterais concluídos com certos países (Brasil, México, Argentina, Chile, Colômbia, Venezuela), e na vertente "Investigação para o Desenvolvimento" do Programa de Investigação Internacional. No âmbito deste último, o FP4 (1994-1998) e o FP5 (1998-2002) permitiram apoiar de 150 a 200 projectos conjuntos de investigação, nos quais participam parceiros latino-americanos, sendo a contribuição da Comissão superior a 100 milhões de euros.

O FP5 abriu também os seus 4 Programas temáticos à participação dos países da AL.

A sua participação será ainda reforçada no âmbito dos acordos bilaterais científicos e técnicos em fase de negociação, designadamente, com o Chile e o Brasil, estando já o primeiro concluído com a Argentina. Além disso, no seguimento da Cimeira do Rio, teve lugar um diálogo exaustivo entre as duas regiões sobre as prioridades científicas a levar a cabo, concretizadas num plano de acções que será adoptado pelos Ministros da Ciência antes da Cimeira de Madrid. Estas prioridades científicas a desenvolver compreendem: a melhoria da saúde das sociedades e da sua qualidade de vida, o crescimento competitivo num ambiente global, a agro-indústria, o desenvolvimento sustentável e a urbanização, a herança cultural, a sociedade da informação e ainda temas transversais como a ética, a propriedade intelectual e a inovação.

4.2. Complementaridade das ajudas comunitárias e dos principais dadores

A ajuda pública ao desenvolvimento (APD) para toda a América Latina representa 10,5% da APD mundial (Dados 1999 OCDE/CAD).

A União Europeia e os seus Estados-Membros constituem a primeira fonte de ajuda à cooperação na América Latina (anexo). A ajuda sob a forma de donativos da União Europeia representa 47% dos donativos dos dadores de fundos.

APD bruta (milhões US\$). América Latina (sem ACP) total incluídos os donativos

	1995	Donativos	1999	Donativos
Total AL	6091	4262	6421	4510
Dadores bilaterais CAD	4600	3521	4560	3751
Estados-Membros EU e EC	2443+ 395	1975+387	1908+415	1596+395
Total ajuda multilateral :	1491	741	1853	758

A Comunidade constitui a principal e uma das raras fontes de ajuda, em termos de cooperação regional, existentes no plano internacional. Por outro lado, ela é a única instituição a levar a cabo uma cooperação bi-regional.

Os outros organismos financeiros bilaterais e multilaterais têm uma intervenção reduzida a nível regional e concentram as suas acções a nível nacional nos domínios seguintes:

- empréstimos estruturais ou medidas de redução da dívida (FMI);
- apoio às ONG, aos projectos locais;
- projectos de desenvolvimento (saúde, educação, desenvolvimento rural);
- luta contra a droga, a criminalidade;
- apoio à democracia, ao Estado de Direito (processos eleitorais);
- apoio à integração regional (comércio, apoio às capacidades administrativas e institucionais).

Ventilação das ajudas por sector em anexo.

1. Organismos financeiros multilaterais

O Banco Europeu de Investimentos está presente na América Latina desde 1993, intervindo como parceiro complementar da Comissão em investimentos no domínio da indústria, telecomunicações, energia (40% dos empréstimos em 2000), água, saneamento, transportes. O BID pode intervir a título complementar.

A dotação de empréstimos do BEI, para o período de 2000-2006, é de 2,5 mil milhões de euros para empréstimos a médio e a longo prazo. 90% dos empréstimos beneficiam investimentos privados europeus num contexto de forte procura dos operadores (quatro vezes superior aos montantes disponíveis). Os empréstimos, desde 1993, referem-se sobretudo ao Brasil (570 milhões de dólares) à Argentina (380 milhões de dólares) e ao México (127 milhões de euros mais 200 milhões de euros em 2001). A América Central beneficiou de empréstimos para a rede eléctrica (44 milhões de euros) e para a reconstrução, após os estragos causados pelo furacão Mitch.

A Comissão e o BEI estudam a possibilidade de reforçar a sua colaboração em três domínios: o apoio às "joint venture", o financiamento das PME e o reforço da garantia dos empréstimos (riscos ligados à segurança da região).

Neste âmbito, foram criadas linhas de financiamento de cerca de 35 milhões de euros cada uma junto do CIF, do BCIE e do Brasil (através de dois bancos intermediários europeus) para incentivar a criação de empresas na CAN, AMC e no Brasil.

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) é o principal organismo a conceder empréstimos e a prestar assistência técnica não reembolsável à região .

Entre as possibilidades de colaboração entre o BID e osadores de fundos figuram os fundos fiduciários (existem actualmente cerca de 30 geridos pelo BID por conta dos EUA, Japão, Suécia, Espanha, etc.) destinados a co-financiar a assistência técnica e projectos, em especial no domínio social (pobreza, situação das mulheres, saúde, educação, ambiente). O BID financia projectos regionais ou sub-regionais (que interessam a vários países) em domínios como as redes de transporte, energia, telecomunicações, as redes de centros de investigação, o apoio às capacidades institucionais, a formação profissional em diversos sectores (saúde, assuntos sociais), o apoio às PME, o apoio às ONG, a participação das mulheres ou o ambiente.

A contribuição dos Estados-Membros representa 10%. As duas instituições colaboram em domínios de intervenção comuns e criaram grupos consultivos para identificar projectos de interesse comum, dos quais alguns são coordenados pelo BID. Trata-se, nomeadamente, do caso do Programa de Reconstrução da América Central, com um montante de 9 mil milhões de dólares, no qual a CE participa até 250 milhões de euros.

A carteira de projectos comuns incide sobre um montante de 20,6 milhões de euros, no domínio da micro empresa, da educação e das políticas sociais e de acções para a reconstrução da América Central.

A fim de reforçar as suas relações, as duas instituições prepararam um "Memorando de Entendimento" que permitirá intensificar a colaboração nos domínios prioritários ligados ao acompanhamento do plano de acção do Rio.

Banco Mundial

A Comissão participa no programa «parcerias para o desenvolvimento» criado pelo banco, a fim de definir colaborações entre os Estados recebedores e os dadores quanto aos objectivos comuns. A coordenação das acções CE/Banco concentra-se nos grandes programas, como o projecto de preservação da floresta amazónica e a reconstrução da América Central, que se traduziu por programas nos sectores sociais e ambientais (532 mil milhões de dólares de empréstimos).

No âmbito da sua estratégia de luta contra a pobreza, o Banco criou um programa para países pobres muito endividados (PPAE), no sentido da redução da dívida. (beneficiários em 2000: Bolívia, Honduras e Nicarágua). A Comunidade participou no fundo fiduciário PPAE com um montante de 45 milhões de euros em 2000.

Fundo Monetário Internacional

Este Fundo intervém na América Latina sob a forma de empréstimos para financiar os défices da balança de pagamentos. Entre as suas intervenções, importa citar as intervenções para fornecer uma assistência de emergência em casos de desastres naturais, bem como o Fundo para a Redução da Pobreza e para o Crescimento (PRGF), que fornece a contrapartida dos créditos do banco no contexto das estratégias de redução da pobreza. Este Fundo concede um apoio, a longo prazo, aos países pobres, com base em estratégias nacionais de redução da pobreza, associando nesse apoio a sociedade civil (em curso na Bolívia, Guiana, Honduras, Nicarágua).

2. *Organização dos Estados Americanos*

Esta organização intervém em projectos regionais, em especial nos domínios da educação e da formação, no domínio do ambiente (gestão de bacias fluviais). A UE participa nesses projectos a título de observador. As relações compreendem o diálogo regular, a coordenação sobre certos assuntos (processos eleitorais) e a colaboração na Comissão interamericana de controlo da toxicomania (CICAD-OEA).

3. *Organizações das Nações Unidas*

A CEPAL, Comissão Económica para a América Latina desenvolve acções de cooperação regionais no domínio económico, social e ambiental. Outras Agências das Nações Unidas estão presentes a diversos títulos (UNDP, UNFPA, ACNUR, WFP, UNTA, FAO, Unicef, UNIFEM, Unesco, Habitat, UNEP...).

5. ESTRATÉGIA REGIONAL DE COOPERAÇÃO DA CE

A estratégia insere-se no âmbito do diálogo e da cooperação estabelecidos entre a União Europeia e a América Latina, bem como no acompanhamento do plano de acção da Cimeira do Rio e da Cimeira de

Madrid, de Maio de 2002, que definirá orientações comuns para o futuro, a nível político e em termos de acções de cooperação.

Este acompanhamento poderá comportar acções de apoio ao multilateralismo, para que os países da América Latina participem nas negociações internacionais de interesse prioritário, como as negociações no âmbito da OMC (agenda de Doha), ou no domínio da protecção do clima (Protocolo de Kyoto), e para que levem a efeito os compromissos que subscreveram. O domínio da luta contra a droga e contra a criminalidade será também considerado no âmbito da aplicação do plano de acção do Panamá.

O plano de acções, que poderá ser adoptado pelos Ministros da Ciência, em Março de 2002, deverá permitir catalisar a participação dos Estados-Membros através dos seus instrumentos de cooperação bilateral, no espírito do Espaço Europeu da Investigação, e otimizar a utilização do 6º Programa-Quadro de investigação e de outros fundos comunitários.

Esta parceria deverá traduzir-se a três níveis: regional, sub-regional e bilateral.

O nível regional será acompanhado em paralelo por actividades de cooperação nos sectores chave definidos na Cimeira de Tuusula (anexo), retomados nos programas bilaterais e sub-regionais, bem como nas acções financiadas por outros fundos comunitários.

Importará reforçar a coordenação entre a cooperação regional comunitária e os instrumentos de cooperação bilateral comunitária e dos Estados-Membros.

5.1 Objectivo geral da cooperação regional

As prioridades regionais devem contribuir para apoiar a nova parceria estratégica entre as duas regiões e para responder aos desafios regionais da América Latina aos níveis económico, tecnológico, social e ambiental.

Estas acções terão um âmbito regional e terão como pontos comuns:

- o compromisso dos parceiros das duas regiões
- a concentração em temas prioritários de importância estratégica regional, ou a resposta a problemas comuns
- a criação de uma rede de competências a nível intra-regional ou inter-regional (parceiros públicos ou privados) e a criação de sinergias
- a promoção de economias de escala e de uma mais valia para a região
- a criação de um organismo adequado para assegurar a gestão, coordenação e animação.

Além disso, tendo em conta o défice de visibilidade do papel da ajuda europeia e comunitária na América Latina, será efectuado um esforço importante para assegurar a publicidade e divulgação destas actividades.

Procurar-se-á dar maior visibilidade e conseguir uma melhor sinergia das acções bilaterais e regionais, através de uma coordenação leve e flexível de um certo número de projectos nacionais, com as mesmas finalidades, acompanhada de acções de divulgação das experiências a nível regional.

5.2 Prioridades da cooperação regional

As perspectivas financeiras do capítulo B7-310, tendo em conta o orçamento 2002, 345 milhões de euros, poderiam ascender para o período 2002-2006 a 1 725 milhões de euros.

As perspectivas financeiras para a dotação regional indicativa, 2002-2006, ascendem a 280 milhões de euros. Além do apoio financeiro ao Grupo Consultivo sobre a Investigação agrícola internacional, o CGIAR, esta soma será atribuída a acções que se enquadram em quatro domínios prioritários:

- (1) Apoio às relações entre as duas regiões através do reforço da parceria entre redes da sociedade civil; novas actividades AL-INVEST e ALFA e lançamento de um novo programa de bolsas de nível superior.

- (2) Iniciativa social: contribuir para a redução das desigualdades através de acções orientadas para as populações desfavorecidas; integrar a dimensão dos grupos desfavorecidos nas políticas e acções.
- (3) Preparação e prevenção de catástrofes naturais e reconstrução.
- (4) Acção de acompanhamento: o apoio à parceria estratégica; observatório das relações EU/AL.

Outra acção, tema de interesse regional: a gestão sustentável da energia

A gestão sustentável da energia é um elemento chave do desenvolvimento económico e social e deve ter em conta a dimensão ambiental (alterações climáticas e aplicação do protocolo de Kyoto).

Tendo em conta o fraco desempenho dos sistemas latino-americanos da energia (procura superior ao crescimento do PIB, reduzida diversificação das fontes, um terço da população não ligada à rede...), deveria ser facilitada às administrações responsáveis um apoio, sob a forma de ajuda ao intercâmbio de experiências e conhecimentos disponíveis.

Linhas orçamentais possíveis: B7-310 ou B7-311 ou B7.6200 Ambiente nos PED;

5.3 Coerência com as políticas comunitárias (*ver Anexo VIII*)

A estratégia acima desenvolvida é coerente com as outras políticas comunitárias e com os níveis em que se situam as intervenções comunitárias na América Latina. Em diversos domínios, as prioridades políticas são tratadas a nível bilateral ou sub-regional (nomeadamente o apoio às negociações comerciais e à execução de acordos, aos acordos de pesca, à luta contra a droga, ao ambiente, à segurança aérea, etc.) ou, a nível regional, através de linhas orçamentais temáticas criadas pela DG Relex (ambiente, florestas, direitos humanos, dimensão do género, ONG, drogas, HIV/SIDA...).

A investigação comunitária tem uma política em relação à região, no âmbito do 5º Programa-Quadro, através dos seus instrumentos específicos, que contribui para a parceria da União com a América Latina. A Comunidade integrou também as suas prioridades, no domínio da Sociedade da Informação na programação regional América Latina, através do programa @lis, adoptado no final de 2001.

Esta nova estratégia estabelece uma relação com a política internacional da União Europeia.

Ela reflecte mais particularmente as prioridades definidas nas Comunicações da Comissão de 1995/1999/2000, sobre a parceria estratégica com a América Latina e os objectivos descritos em políticas específicas incluídos em Comunicações recentes.

Foram tidas nomeadamente em conta as prioridades da União no domínio do desenvolvimento sustentável, da política comercial, (nomeadamente a adesão às regras da OMC), da luta contra a pobreza e exclusão social, da prevenção de conflitos e, mais particularmente, das prioridades nos domínios seguintes:

- promoção da boa governação democrática, respeito pelos direitos humanos, luta contra a discriminação e reconhecimento dos direitos sociais;
- redução da pobreza, luta contra as desigualdades sociais e a exclusão;
- prioridade atribuída à cooperação no domínio do ensino superior;
- orientações relativas à ajuda de emergência e à reabilitação em situações de catástrofes, que preconizam uma melhor integração na política de desenvolvimento e uma acção na fase de preparação e prevenção, a fim de permitir ao ECHO concentrar-se na ajuda de emergência;
- política energética e implementação do protocolo de Kyoto.

5.4 Sinergia com outros dadores e visibilidade da cooperação regional

A União Europeia e as instituições financeiras multilaterais partilham um certo número de prioridades, nomeadamente nos domínios da luta contra a pobreza, do reforço da democracia e do Estado de Direito, da integração regional e da luta contra as catástrofes naturais. Partilham também a preocupação de apoiar projectos e investimentos que respeitem o ambiente e o desenvolvimento sustentável. A Comissão empenhar-se-á em reforçar as sinergias com estes organismos, designadamente no âmbito do processo de

preparação e de acompanhamento da Cimeira UE/AL, da seguinte forma:

- criação de um mecanismo de troca de informações e de consulta informal, sobre a cooperação com a América Latina, com as instituições financeiras;
- a implementação do "Memorando de Entendimento" com o BID permitirá cooperar mais estreitamente nos seguintes domínios-chave:
 - consolidação da democracia e dos direitos humanos (modernização da administração; sociedade civil e transparência das instituições);
 - equidade social e redução da pobreza (políticas fiscais, diálogo social, saúde e protecção social, educação, PME);
 - integração regional (papel da sociedade civil, instituições regionais);
 - desenvolvimento das tecnologias de informação e intercâmbio de conhecimentos.
- com o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional: continuação da participação no PPAE;
- com a CEPAL: apoio à coordenação e estudos sobre as políticas económicas, financeiras e monetárias;
- com osadores bilaterais e multilaterais será efectuada uma concertação com vista à coordenação e complementaridade das acções no âmbito do acompanhamento da Cimeira de Madrid.

6. PROGRAMA REGIONAL INDICATIVO 2002-2006

Prioridade 1: Reforço da parceria das redes da sociedade civil:

Contexto

A implementação dos programas AL-INVEST, URB-AL e ALFA foi um sucesso a diversos níveis: crescimento dos investimentos e do comércio entre as regiões, transferência de "know-how" entre os empresários e os círculos académicos, estabelecimentos de relações duradouras; estas acções foram mutuamente benéficas e espera-se que o mesmo aconteça no que diz respeito ao @lis. Além disso, os próprios intervenientes nos programas souberam assumir a gestão (*ownership*) dos programas e criaram-se redes que permitem descentralizar essa gestão. Estes elementos respondem às prioridades da cooperação e aos princípios da participação e da governação da política comunitária. Por conseguinte, será de todo o interesse prosseguir com o reforço destes programas no sentido de uma maior participação dos grupos alvo e dos parceiros das duas regiões.

Objectivo

Esta acção visa desenvolver as capacidades dos parceiros na sociedade civil, nomeadamente as empresas e os meios da educação e da formação de todos os países da América Latina, a fim de intensificarem as suas trocas.

Objectivos específicos

O programa visa proporcionar os instrumentos de crescimento económico, de integração social e do reforço das relações culturais. Ele deve possibilitar o incremento das relações entre as duas regiões e a capacidade dos parceiros latino-americanos, bem como a das instituições financeiras, para implementar acções orientadas para o desenvolvimento económico e social. O programa conta com o apoio das organizações e a experiência da União Europeia nestes domínios.

As actividades:

- encontros entre sectores económicos colocando a tónica nos sectores portadores de valor acrescentado;

- reforço das capacidades de organização, transferência de “know-how” e acesso às tecnologias para aumentar a participação nas trocas entre as duas regiões;
- reforço das capacidades no domínio da educação e do conhecimento dos métodos e “know-how” europeus – maior participação dos agentes potenciais das duas regiões;
- implementação de bolsas de mobilidade de nível superior;
- desenvolvimento de redes temáticas de formação no domínio cultural, bem como cursos de pós-graduação em integração regional;
- organização de seminários para partilhar e discutir os resultados;
- acções de divulgação dirigidas aos governos e organizações representativas do sector privado e do sector da educação.

Resultados esperados:

- (1) acréscimo das trocas entre as regiões nos domínios de acção
- (2) fluxos financeiros e comerciais mais importantes
- (3) valorização da experiência europeia no domínio da educação

Condições:

Envolvimento de parceiros e respectivos institutos dos países das duas regiões

Condições necessárias para o crescimento económico

Vontade das organizações europeias de participar na gestão dos programas

Indicadores de desempenho:

- (1) investimentos e trocas comerciais (dados estatísticos, bases de dados)
- (2) mobilização do sector privado e das respectivas instituições das duas regiões
- (3) impacto das actividades nas políticas nacionais e nas acções dos dadores de fundos

Financiamento: 60% a 70% da dotação financeira indicativa

Prioridade 2: Redução das desigualdades sociais: identificação de acções orientadas para os grupos desfavorecidos

Contexto

Tendo em conta o fraco desempenho dos países da América Latina no domínio da luta contra a pobreza e desigualdade social, inclusivamente no que se refere ao pouco crédito das informações disponíveis sobre as populações mais atingidas, as duas regiões lançam uma iniciativa social para combater o problema que se prende sobretudo com as populações mais desfavorecidas.

Para fazer face ao atraso acumulado numa maioria de países latino-americanos para integrar certas classes de população na sociedade (educação, saúde, emprego, cultura...), deve ser desenvolvida em conjunto uma nova abordagem que será partilhada entre as entidades em causa (governos, sociedade civil, dadores de fundos) no sentido de orientar as suas acções futuras.

Nos modelos administrativos dos países das duas regiões, existe uma experiência a partilhar, com o objectivo de enriquecimento mútuo.

Objectivo

A iniciativa social visa desenvolver as capacidades das autoridades públicas de todos os países da América Latina no sentido de promoverem políticas coerentes para lutar contra as desigualdades sociais, identificando as populações mais atingidas. A parceria com a União Europeia é uma dimensão essencial do programa.

Objectivos específicos

O programa visa proporcionar instrumentos de conhecimento e de metodologia relativos à problemática da desigualdade social associada à discriminação étnica e racial. Deve possibilitar o aumento da capacidade das administrações latino-americanas, bem como a das instituições financeiras, para implementar acções orientadas para a redução das desigualdades. O programa conta com o apoio da experiência da União Europeia nestes domínios.

Actividades:

- criação de uma base de informação sobre as populações desfavorecidas através de operações de recenseamento e inquéritos nos lares, a fim de determinar perfis sócio-económicos;
- criação de uma metodologia aplicável às despesas públicas, com uma base-piloto num ou em vários países seleccionados, com vista à adopção por outros países da região;
- identificação de políticas orientadas para as populações pobres;
- organização de seminários para partilhar e discutir os resultados com a participação das instituições governamentais, das ONG, e dos dadores de fundos;
- acções de divulgação dirigidas aos governos da região;
- acções de formação para as administrações e as ONG.

Resultados esperados:

- (1) implementação de uma base de dados sobre as populações mais atingidas pela pobreza e exclusão e de uma metodologia comum para promover políticas orientadas
- (2) sensibilização e melhoria das competências das administrações
- (3) valorização da experiência no domínio da luta contra a exclusão social (estatísticas, combinação de políticas ...)

Processo/Parceiros

A estrutura coordenadora deverá encarregar-se de organizar e coordenar as actividades e de garantir a sua divulgação. Prestar-se-á a devida atenção no sentido de associar instituições europeias e Estados-Membros competentes nos domínios em questão (estatísticas, luta contra a exclusão social), a fim de valorizar os conhecimentos e a experiência europeia. Na próxima Cimeira será apresentado um relatório acompanhado de recomendações.

O programa será coordenado com as acções dos outros dadores de fundos, nomeadamente o Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Opção possível

O programa poderá desenvolver-se de forma a associar as instâncias representativas das sociedades civis das duas regiões, através da implementação de redes e fóruns de trocas.

Condições

Compromisso político dos países que participam na Cimeira de Madrid sobre os princípios e objectivos do programa;

Envolvimento das respectivas administrações e institutos dos países das duas regiões;

Existência de um organismo coordenador .

Indicadores de desempenho

- (1) dados estatísticos, bases de informações...
- (2) mobilização dos governos e respectivas instituições, participação da sociedade civil
- (3) impacto das actividades nas políticas nacionais e nas acções dos dadores de fundos
- (4) apresentação de recomendações na próxima Cimeira (após Madrid)

Financiamento: 15-20% da dotação indicativa

Prioridade 3: Reforçar a prevenção e a preparação das catástrofes naturais e assegurar a execução rápida de acções de reabilitação/reconstrução

Contexto

A combinação dos diversos riscos naturais e do ambiente sócio-económico altamente vulnerável da região cria um contexto dinâmico de perigos acompanhados da ameaça constante de desastres. Além de catástrofes de grande amplitude, como a provocada pelo furacão Mitch, certas zonas da região são afectadas por uma série de desastres de média e pequena dimensão, cujos estragos acumulados representam mais prejuízos e perturbações que os grandes desastres. Esses prejuízos e perturbações têm um impacto económico, social e ambiental importante que afecta consideravelmente o potencial de desenvolvimento dos países das regiões em causa. Esta situação justifica que o tema da cooperação no domínio da prevenção e preparação dos desastres, bem como a reconstrução assumam um carácter prioritário para a América Latina em geral. Este carácter prioritário foi reconhecido como tal pelos Chefes de Estado e de Governo da Europa, da América Latina e das Caraíbas, reunidos no Rio de Janeiro, em 1999, por ocasião da primeira Cimeira União Europeia/América Latina – Caraíbas (prioridade de acção nº 17).

O estudo da problemática associada às catástrofes naturais revela que, muito frequentemente, as consequências negativas das catástrofes naturais são aumentadas pela vulnerabilidade das populações e pela falta de coordenação das entidades responsáveis pela prevenção e preparação das catástrofes. Além disso, a experiência põe em evidência a dificuldade da Comissão Europeia em pôr rapidamente a sua contribuição para acções de reconstrução/reabilitação à disposição dos países afectados por catástrofes naturais.

Objectivos gerais

Trata-se, em primeiro lugar, de contribuir eficazmente para acções de reabilitação e de reconstrução em prol dos países da América Latina que sofreram graves destruições na sequência de catástrofes naturais. Trata-se, igualmente, de contribuir para a redução da vulnerabilidade das populações mais expostas às catástrofes naturais, em especial as populações mais pobres.

Objectivos específicos

Os objectivos específicos consistem em assegurar a disponibilização rápida de fundos comunitários que estarão disponíveis para as acções de reabilitação e de reconstrução nos países afectados por catástrofes naturais.

Por outro lado, trata-se de contribuir para sensibilizar as colectividades locais para a prevenção e tratamento das catástrofes naturais, bem como para reforçar a coordenação e a troca de informações entre as entidades nacionais e regionais que trabalham neste domínio, utilizando nomeadamente o “know-how” e a experiência europeia.

As actividades desenvolvidas deverão complementar e apoiar o programa de prevenção das catástrofes naturais DIPECHO, criado pelo Serviço Humanitário da Comissão desde 1998.

Resultados esperados

- Contribuição rápida e relevante da Comissão Europeia para acções de reconstrução e reabilitação que visam o restabelecimento do funcionamento dos serviços básicos (saúde e educação) nos países da América Latina afectados por catástrofes naturais.

- Difusão e implementação das melhores práticas no domínio da prevenção e preparação das catástrofes naturais, em especial a nível local.
- Melhoria da coordenação e da troca de informação entre as entidades nacionais e regionais responsáveis pela preparação das catástrofes naturais.

Actividades a levar a efeito

- Implementação de mecanismos que permitam facilitar a disponibilização rápida dos fundos comunitários para a reabilitação e reconstrução em prol dos países da América Latina afectados por catástrofes naturais.
- Apoio às acções de divulgação, aquisição e de implementação das melhores práticas no domínio da prevenção e preparação das catástrofes naturais a nível local.
- Elaboração de um anuário das organizações nacionais e regionais de protecção civil da América Latina e da Europa, de um inventário dos meios de ajuda existentes em situação de catástrofe e elaboração de um manual contendo orientações para a cooperação em casos de desastre, bem como a divulgação deste material.
- Formação e seminários centrados no desenvolvimento da coordenação e da troca de informações entre entidades nacionais e regionais.

Execução

No caso da actividade relativa à reabilitação/reconstrução, poderiam explorar-se diversos mecanismos como a adaptação aos procedimentos comunitários dos fundos de reconstrução existentes, o ordenamento de fundos sociais existentes para possibilitar que a Comunidade financie acções de reconstrução de carácter social, ou a implementação de um mecanismo bi-regional adaptado.

As actividades que visam a sensibilização das populações locais serão levadas a cabo de forma descentralizada; deverão assentar nas colectividades locais dos países da América Latina (cidades, aglomerados, províncias, regiões e outras entidades que trabalham no domínio da prevenção e preparação das catástrofes); as actividades serão propostas, criadas e levadas a efeito pelos próprios participantes.

No caso das actividades que visam a melhoria da coordenação e da troca de informação entre entidades nacionais e regionais, a Comissão promoverá o contacto à escala regional dos respectivos intervenientes activos com a igual participação de peritos europeus.

Indicadores de desempenho e de resultado

- (1) Eficácia e eficiência das participações/apoios comunitários para as acções de reconstrução/reabilitação
- (2) Aplicação, reprodução e divulgação da informação relativa às melhores práticas locais no domínio da prevenção e preparação das catástrofes naturais
- (3) Formação progressiva de redes entre entidades latino-americanas e entre entidades latino-americanas e europeias responsáveis pela prevenção e preparação de catástrofes naturais

Condições

A visibilidade da União Europeia nas actividades de reconstrução/reabilitação deve ser garantida. A União deve zelar pelo apoio a acções de reconstrução/reabilitação que contribuam para reduzir o grau de vulnerabilidade aquando da próxima catástrofe.

Dotação financeira: 20% da dotação indicativa.

Prioridade 4: Acção de acompanhamento: observatório das relações EU/América Latina

Contexto

A parceria União Europeia/América Latina deve apoiar-se na experiência disponível nas duas regiões para uma melhor compreensão das problemáticas regionais e sectoriais que influenciam a definição das políticas e dos programas.

Objectivo

Mobilizar redes de institutos das duas regiões, seleccionados pela sua capacidade de avaliação, capital de conhecimentos e contactos.

Os domínios em causa compreendem as questões multilaterais que interessam às duas regiões (comércio, direitos humanos, segurança, ambiente...).

O programa incluirá acções para garantir uma grande visibilidade da parceria entre a União Europeia e a América Latina, nas suas diversas componentes.

As actividades devem incidir mais especificamente sobre:

- acompanhamento da agenda das relações EU/AL (reuniões entre as instituições de integração regional das duas regiões), bem como em relação à agenda multilateral;
- estudo de temas ligados às prioridades do processo do Rio, bem como dos temas que correspondem às agendas sub-regionais (Mercosul, Comunidade Andina, América Central e Caraíbas).

As actividades desenvolver-se-ão com base:

- (1) na ligação em rede de uma massa crítica de peritos das duas regiões;
- (2) na aplicação de um programa de trabalho que responda às necessidades da Comissão;
- (3) na organização temática nos domínios prioritários: comércio, integração regional, ambiente, igualdade social;
- (4) em estudos, grupos de trabalho, organização de seminários;
- (5) na estratégia de comunicação destinada a aumentar a visibilidade das relações entre a União Europeia e a América Latina. Esta poderá incluir encontros com públicos alvo e a elaboração de documentos de divulgação (boletim informativo, brochuras, vídeos de apoio, sítio Internet).

Execução

Um organismo animador e coordenador encarregar-se-á de constituir uma base de avaliação a partir dos institutos especializados nas relações entre as duas regiões, com o propósito de:

1. Difundir informações sobre as relações EU/AL
2. Prestar apoio à formulação de orientações políticas e de prioridades

Resultados esperados

A rede fornecerá à Comissão uma avaliação dos processos inter-regionais em curso, integrando uma visão prospectiva, acompanhada de recomendações para as suas acções e políticas.

Formulará propostas de indicadores de desempenho, para avaliar os progressos dos processos inter-regionais.

Desenvolverá acções de informação, (publicação, encontros, acções dirigidas aos meios de comunicação social, sociedade civil), no sentido de contribuir para a visibilidade do processo nas duas regiões.

Indicadores de desempenho/resultados

Fornecimentos dos produtos pedidos respeitando o calendário ligado ao programa de trabalho; organização de eventos e audiência; publicações; gestão da rede.

Financiamento: 1,5 milhões de euros durante 5 anos.

O financiamento deverá ascender a 40% do orçamento de funcionamento da rede e da organização coordenadora. O complemento será assegurado por Estados-Membros e Estados latino-americanos ou outros parceiros.

Acção adicional de interesse sectorial: Rede das administrações responsáveis no domínio da gestão sustentável da energia

Contexto/justificação

Os sistemas latino-americanos de energia continuam a ser pouco eficientes, o crescimento da procura excede o do PIB: para o período 1987-1999, aumento do consumo de 33% e crescimento do PIB de 30%. Um terço da população não está ligada à rede de electricidade.

A gestão sustentável da energia é um domínio-chave do desenvolvimento económico e social (abastecimento adequado, procura energética, acesso ao recurso, independência energética) e deve também ter em conta a dimensão ambiental (alterações climáticas).

Confrontadas com estes desafios, as administrações e instituições responsáveis pela energia sentem a necessidade de avaliação no domínio da gestão sustentável da energia e criaram uma organização para desenvolver estratégias concertadas, (OLADE).

Objectivo específico da acção

Fornecer um apoio às administrações da região, no sentido de estas criarem capacidade técnica própria e reforçarem as suas actividades em rede para apoiarem a aplicação de políticas energéticas adaptadas, tanto do ponto de vista do ambiente como da integração regional e sub-regional.

Actividades

- Ambiente e desenvolvimento social (promoção das tecnologias e das normas «limpas»; energias renováveis e limpas; poupança de energia e eficácia energética; energia rural);
- Integração regional e interconexão;
- Informação e formação (aspectos jurídicos, prospectiva e normas ambientais).

Resultados esperados

- Definição de uma política regional tendo em conta os três aspectos do desenvolvimento sustentável: económico, social e ambiental
- Adopção de políticas energéticas quanto à integração regional e à eficácia energética
- Introdução de normas ambientais reconhecidas internacionalmente nos sectores onde eram desconhecidas
- Disponibilização de um sistema de informação regional, tendo em conta os aspectos jurídicos, ambientais e tecnológicos

Execução

Seleccionar-se-á uma organização para coordenar e animar as actividades, através de uma interligação das administrações, instituições e organismos responsáveis pela definição das políticas, da gestão/programação e regulação do sector energético; organização de grupos de trabalho temáticos, realização de estudos, divulgação de boas práticas. Formação dos quadros das administrações públicas.

Indicadores de desempenho

- A região estabilizou a sua parte no consumo final de produtos petrolíferos
- Evolução mais próxima da tendência constatada na UE quanto à intensidade energética
- A percentagem da população não ligada à rede diminuiu
- A região contribui para a execução dos mecanismos de Kyoto
- A interligação das redes de gás e de electricidade aumentou (comparação dos níveis de investimento no início e no fim do projecto)

Financiamento 10/20 milhões de euros

O financiamento deverá ascender a 50% do orçamento de funcionamento da rede e da organização coordenadora.

Condições

Envolvimento das instituições latino-americanas na rede

Calendário indicativo da programação regional 2002-2006 (milhões de euros)

Prioridades	2002	2003	2004	2005 - 2006	Total 2002/2006
Prioridade 1 Rede:					
ALFA II	17			10	27
ALFA+ bolsas de estudo	45			43	88
AL-INVEST	10		30		40
ATLAS	6				6
<i>Subtotal:</i>	78		30	53	161
Prioridades 2 e 3:					
Iniciativa social		30			30
Prevenção de catástrofes			20	20	40
Prioridade 4: observatório EU/AL		1,5			1,5
Sector adicional: gestão sustentável da energia				20	20
Total	78	31,5	50	93	252,5/*

* acrescentar contribuição CGIAR: “pro memoria” cerca de 6 M euros/ano (a confirmar)